



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Da alfabetização ao letramento

Maria do Rosário Longo Mortatti

Como citar: MORTATTI, M. R. L. Da alfabetização ao letramento. *In:* ROIO, M. D. A **Universidade entre o conhecimento e o trabalho: o dilema das ciências**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p227-238. DOI: <http://.doi.org/10.36311/2005.85-86738-27-1>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

DA ALFABETIZAÇÃO AO LETRAMENTO¹

Maria do Rosário Longo MORTATTI²

INTRODUÇÃO

Na formulação do tema desta mesa – “Letramento e alfabetização” –, tem-se um convite à problematização da relação entre os termos envolvidos. No âmbito dessa relação, por sua vez, destaca-se a presença de um “novo” termo – “letramento” – referente a um “novo” conceito, por meio do qual se busca especificar, neste momento histórico, um “novo” objeto de investigação relacionado com um “novo” fenômeno e decorrente tanto da busca de explicações para os problemas relativos à aquisição da leitura e da escrita e suas implicações políticas, sociais, culturais e educacionais, quanto de certo esgotamento das possibilidades explicativas do já antigo termo “alfabetização”.

À relevância e pertinência características do tema, acrescenta-se o fato não menos relevante e pertinente, de que, para sua discussão, contamos hoje com a presença de duas pesquisadoras diretamente responsáveis, no caso brasileiro, seja pela formulação e proposição do termo “letramento”, seja pela problematização das relações entre letramento e alfabetização: **Magda Soares**, que, dentre tantas outras importantes contribuições, é autora de uma vigorosa reflexão metacognitiva sobre o tema do letramento, suas relações com a alfabetização e suas implicações no âmbito de discurso e práticas relacionadas à aquisição da leitura e da escrita³; e **Leda Tfoundi**, que, de acordo com Soares, é a responsável por atribuir a “letramento” o “[...] estatuto de termo técnico no léxico dos campos da Educação e das Ciências Lingüísticas”⁴, mediante distinção entre letramento e alfabetização, que esta última pesquisadora faz no capítulo introdutório de seu livro *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, publicado em 1988⁵.

¹ Texto apresentado na mesa redonda “Letramento e alfabetização”, durante o V Simpósio em Filosofia e Ciência: “Trabalho e conhecimento: desafios e responsabilidades da ciência”, realizado de 3 a 6 de julho de 2003, na FFC-UNESP-Câmpus de Marília.

² Professora Adjunta (Livre-docente) - FFC-UNESP-Marília.

³ Essa reflexão encontra-se em: SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

⁴ SOARES, obra citada, p. 15.

⁵ Trata-se de: TFOUNDI, Leda M. V. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988. Soares destaca, ainda, que uma das primeiras ocorrências do termo “letramento” encontra-se em: KATO, Mary. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. São Paulo: Ática, 1986.

Ciente, portanto, do desafio e da responsabilidade envolvidos em minha exposição e com o objetivo de contribuir para a reflexão e discussão sobre o tema desta mesa, partindo de questões suscitadas por afirmações dessas duas pesquisadoras, deter-me-ei em considerações a respeito dos momentos que considero decisivos para a constituição, a partir da expressão “ensino da leitura (e escrita)”, dos termos “alfabetização” e seus correlatos (“alfabetizado”, “analfabetismo”, “analfabeto”), relacionadamente ao processo de escolarização das práticas de leitura e escrita, no Brasil, com ênfase na situação paulista, no período compreendido entre o final do século XIX e o final do século XX. Desse modo, penso contribuir especialmente para a compreensão das possíveis explicações para a constituição, a partir de final dos anos de 1980, do termo “letramento”, no sentido que lhe atribuem as pesquisadoras aqui presentes.

DUAS CITAÇÕES E ALGUMAS QUESTÕES

[...] Conhecemos bem, e *há muito*, o ‘estado ou condição de analfabeto’ que não é apenas o estado ou condição de quem não dispõe da ‘tecnologia’ do ler e do escrever: o analfabeto é aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, é aquele que não tem acesso aos bens culturais de sociedades letradas e, mais que isso, grafocêntricas; [...] porque conhecemos bem, e *há muito*, esse ‘estado de analfabeto’, *sempre* nos foi necessária uma palavra para designá-lo, *a conhecida e corrente* **analfabetismo**. Já o estado ou condição de quem sabe ler e escrever, [...] esse fenômeno *só recentemente* se configurou como uma realidade em nosso contexto social. *Antes*, nosso problema era apenas o do ‘estado ou condição de analfabeto’ – a enorme dimensão desse problema não nos permitia perceber esta outra realidade, o ‘estado ou condição de quem sabe ler e escrever’, e, por isso, o termo **analfabetismo** nos bastava, o seu oposto – **alfabetismo** ou **letramento** – não nos era necessário. *Só recentemente* esse oposto tornou-se necessário, porque *só recentemente* passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente – daí o surgimento do termo **letramento** [...].⁶

Minha investigação científica dirigiu-se, desde o princípio, para o *avesso* daquilo que se estava habituado a observar em trabalhos desse tipo [aquisição da escrita].

[...]

Dei-me conta, como conseqüência, de uma lacuna lingüístico-discursiva, que se resumia no seguinte: a falta,

⁶ SOARES, Magda. Obra citada, p. 19-20 (grifos da autora, em negrito; grifos meus, em itálico).

em nossa língua, de uma palavra que pudesse ser usada para designar esse processo de estar exposto aos usos sociais da escrita, sem no entanto saber ler nem escrever. Foi dessa constatação que surgiu o neologismo *letramento*.⁷

A que momento(s) histórico(s) nos remetem os adjuntos adverbiais “há muito”, “antes” e “sempre”, que Soares utiliza para se referir, respectivamente, ao já antigo conhecimento que temos do “estado ou condição de analfabeto”, ao “problema” que podíamos perceber e à “conhecida e corrente” palavra que “sempre nos foi necessária” para designá-lo: “analfabetismo”?

Terá sido sempre o mesmo o significado dos termos “analfabeto” e “analfabetismo” e seus opostos “alfabetização” e “alfabetizado”?

Por outro lado, a que momento histórico nos remete o adjunto adverbial “só recentemente”, que essa pesquisadora utiliza para situar a configuração tanto de novo fenômeno – “o estado ou condição de quem sabe ler e escrever” – “como uma realidade em nosso contexto social” quanto da necessidade do termo “letramento” como oposto de “analfabetismo”?

Em que momento histórico se situa a constatação de Tfouni a respeito daquela “lacuna lingüístico-discursiva”?

ENSINO DA LEITURA (E ESCRITA)

Desde pelo menos a década de 1870, intensifica-se, em nosso país, a necessidade de se implementar o processo de escolarização das práticas culturais da leitura e escrita, entendidas, do ponto de vista de um certo projeto neoliberal, como fundamentos de uma nova ordem política, econômica e social, que começa a se concretizar, com a proclamação da República, em 1889.

A partir de então, intensificam-se também as demandas, por parte não apenas de educadores e professores, mas também de administradores, legisladores e intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, pela intervenção institucional na formação das novas gerações, por meio da instrução elementar, com o objetivo de reverter o “atraso horroroso” e o “sofisma do império”, com base um projeto de fundação de uma civilização nos trópicos. Para tanto, enfatiza-se a importância da organização do “aparelho escolar” e da disseminação a instrução pública elementar, e, nesse âmbito, do ensino da leitura, da escrita e do cálculo assim como dos métodos de ensino da leitura.

⁷ TFOUNI, Leda. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 7-8 (grifos da autora).

Embora se sublinhasse, nos discursos dessa época, a necessidade de se ensinar a ler, escrever e contar, deve-se ressaltar: a prevalência da leitura sobre a escrita e do ensino da leitura sobre o da escrita e o significado que então se atribuía a de cada um desses termos.

A *prevalência da leitura* pode ser observada por meio da importância que se lhe atribuía, do ponto de vista dos ideais republicanos, enquanto critério de avaliação do nível de “ignorância” da nação.⁸ No que se refere à *escolarização dessas práticas*, observa-se *prevalência semelhante*. Embora alguns sujeitos de época propusessem o ensino simultâneo da leitura e da escrita, a discussão incidia, de fato, sobre o ensino da leitura (elementar ou inicial), sobre os métodos para o ensino da leitura (sintéticos e, posteriormente, analíticos) e sobre cartilhas para o ensino da leitura⁹. Isso porque o termo “escrita” referia-se à caligrafia, entendida, juntamente com a ortografia, como “especialidades acessórias” e meios para alcançar o fim da leitura: a “comunicação escrita do pensamento”.¹⁰

É importante destacar que se fazia uma distinção, ainda que tênue, entre o ensino *inicial* da leitura às crianças e o ensino da leitura nos anos de escolaridade subseqüentes ao primeiro. A publicação de séries de livros de leitura¹¹ é um importante indicador dessa tênue distinção: na cartilha (ou primeiro livro, em algumas dessas séries de livros de leitura) aprendia-se a leitura “decifração”, e, nos livros seguintes (até o quarto ou quinto), o aluno deveria caminhar da “leitura corrente”, para a “leitura expressiva” e a “leitura silenciosa”.

Em síntese, entre o final do século XIX e o início do século XX, dada a estreita relação entre ideais republicanos, processo de organização do “aparelho escolar”, escolarização e metodização do ensino da leitura (e escrita), embora se apresentasse como um problema o estado ou condição de não saber ler (e escrever), não se utilizavam,

⁸ Como exemplo, vale lembrar as palavras do escritor Machado de Assis: “A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler, desses uns 90% não lêem letra de mão, 70% jazem em profunda ignorância.” (MACHADO DE ASSIS, J. M. História de quinze dias. 1876. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. v. 6, p.344-345.

⁹ A respeito dessa discussão, que se estende ao longo do século XX, ver, especialmente: MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Cartilhas de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. *Cadernos CEDES* (Cultura escolar: história, prática e representações), n.52, p.41-54, 2000.

¹⁰ As expressões citadas foram extraídas de: RIBEIRO, Hilario. *Methodo a seguir*. In: _____. *Cartilha nacional: novo primeiro livro – ensino simultâneo da leitura e escrita*. 228 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936. p. 75-79.

¹¹ A publicação de séries de livros de leitura, comum até os dias atuais, inaugura-se, em nosso país, em 1868, quando o baiano Abílio César Borges, Barão de Macaúbas, inicia a publicação de uma série de cinco livros de leitura (incluindo o que se destinava ao ensino inicial da leitura) para a escola elementar.

ainda, os termos “alfabetização” (ação de alfabetizar, ou seja, ensinar a ler e escrever), “alfabetizado” (“aquele que sabe ler e escrever”), “analfabetismo” (estado ou condição de quem não sabe ler e escrever) e “analfabeto” (“aquele que não sabe ler e escrever).

“ANALPHABETISMO”, “ANALPHABETO”, “ALPHABETIZAÇÃO”, “ALPHABETIZADO”¹²

A partir das primeiras décadas do século XX, coincidindo com um período de relativa consolidação do “aparelho escolar” e de disseminação da instrução pública, constatada por meio do aumento do número de matrículas e da média de frequência dos alunos à escola, outras necessidades políticas e sociais prioritárias vão sendo reconhecidas e formuladas, e novos contornos e significados vão sendo conferidos ao ensino da leitura (e escrita), que permanece como um problema ainda central do ponto de vista político, social e cultural. Os termos “analfabetismo”, “analfabeto”, “alfabetização”, “alfabetizado” começam a ser gradativamente utilizados e difundidos, sempre em estreita relação com a escola, ressaltando-se que a expressão “ensino da leitura (e escrita)” continua, então, a ser utilizada como equivalente a “alfabetização”.

Como uma espécie de síntese das então recente utilização e emergente difusão desses novos termos, podem-se destacar as formulações e iniciativas de dois insígnies representantes da administração da instrução pública paulista: o professor Oscar Thompson e o professor Antônio de Sampaio Dória.

Na condição de Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em duas gestões – 1909-1910 e 1917 e 1918 – e visando à implementação de uma escola moderna, sintonizada com os anseios da pedagogia moderna, Thompson tem como uma de suas preocupações dominantes o “problema do ensino da leitura aos analfabetos”¹³. Para enfrentá-lo, dentre outras iniciativas: “institucionaliza” a utilização do método analítico para o ensino da leitura nas escolas primárias paulistas, durante sua primeira gestão no cargo; durante sua segunda gestão, em *Carta Circular*, de 1918, solicita sugestões sobre como resolver o problema do analfabetismo, e no Relatório contido no *Annuário do ensino*, de 1918, “inaugura” o termo “alfabetização” para designar “oficialmente” o ensino inicial da leitura (e escrita), em referência ao “insucesso da alfabetização” evidenciado pelos dados estatísticos relativos às taxas de reprovação no 1º ano.

¹² Nas citações de termos e trechos de textos, mantenho, sempre que possível, a ortografia de época.

¹³ THOMPSON, Oscar. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Secretario do Interior. In: *Annuário do ensino do Estado de São Paulo: 1909-1910*. São Paulo: Typographia do “Diário Official”, 1910, p. 9.

Da *Carta Circular*, de 1918, deriva, dentre outras respostas, a carta aberta elaborada por Antonio de Sampaio Dória¹⁴, onde são apresentadas as bases de um plano de extinção do analfabetismo, estreitamente vinculado aos princípios e objetivos da Liga Nacionalista e centrado na urgência nacional de “alfabetizar o povo”, para “assimilar o estrangeiro”, aspirando a oferecer-lhe “tres beneficios minimos”: saber ler, escrever e calcular¹⁵. Esse “ideal de alfabetizar, sem distincções” todos os “analphabetos [crianças e adultos] sem escola” será a “espinha dorsal”¹⁶ da reforma do ensino paulista realizada em 1920, por Sampaio Dória, durante sua gestão como Diretor da Instrução Pública paulista.

Em síntese, a partir das décadas iniciais do século XX, começam a se utilizar e difundir os termos “analphabeto” (aquele que ainda não aprendeu a ler e escrever, porque não iniciou os estudos escolares); “analphabetismo” (condição de analfabeto); “alfabetização” (ação de alfabetizar, ou seja, ensinar, na escola, a ler e escrever aos analfabetos), “alfabetizado” (aquele que aprendeu a ler e escrever, ou seja, foi aprovado no primeiro ano escolar). Inserida no contexto de uma intensa campanha contra o analfabetismo, a alfabetização do povo passa, então, a ser entendida em toda a sua força potencialmente nacionalizadora, relacionada com a noção de “educação popular” e com a necessidade de eficiência da escola, medida pelo número de matrículas e aprovações no primeiro ano escolar.

É importante ressaltar que é também nesse período que têm início tematizações mais sistemáticas sobre o ensino da leitura e escrita, com o objetivo principal de auxiliar os professores na aplicação de novos métodos e processos para esse ensino.

“ALFABETIZAÇÃO”, “ALFABETIZADO”, “ANALFABETISMO”, “ANALFABETO”

A partir da década de 1930, coincidindo com o clima gerado pela Revolução de Outubro e os decorrentes processos de reorganização do Estado-Nação, tem-se, no âmbito da educação e do ensino, unificação, em nível federal, de diretrizes derivadas de experiências estaduais, disseminação de um discurso fundamentado nos princípios do movimento da Escola Nova e esforço em contemplar a crescente

¹⁴ Nessa época, Sampaio Dória era professor da cadeira de Psicologia e Pedagogia, da Escola Normal de São Paulo, e presidente da Liga Nacionalista de São Paulo.

¹⁵ SAMPAIO DÓRIA, A. Contra o analfabetismo. In: _____. *Questões de ensino: A reforma de 1920*, em S. Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923. v. 1, p. 15-26.

¹⁶ SAMPAIO DÓRIA, Antônio. *Questões de ensino*. v. 1 - A Reforma de 1920, em S. Paulo. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923. p.149.

demanda da população (especialmente de considerável número de crianças em idade escolar) por um lugar (que não sobejava) nas escolas existentes.

À medida que outras necessidades políticas, sociais e culturais prioritárias vão sendo reconhecidas e formuladas, novos contornos e significados vão sendo atribuídos ao ensino inicial da leitura e escrita, num processo que se estende até aproximadamente a década de 1980. Embora a expressão “ensino da leitura e escrita” continue a ser utilizada para designar um problema ainda central do ponto de vista político, social e cultural, vai-se tornando cada vez mais freqüente a utilização do termo “alfabetização”, designando um processo que talvez nos seja mais familiar, dada a proximidade no tempo: o ensino e a aprendizagem (iniciais) da leitura e da escrita.

Ao longo desse momento histórico, às questões prioritariamente relativas ao ensino vêm-se acrescentar e, tendencialmente, sobrepor-se às relativas à aprendizagem (inicial) da leitura e da escrita, simultaneamente. As discussões sobre métodos de ensino da leitura, por sua vez, vão cedendo espaço para as discussões relativas aos aspectos psicológicos – em detrimento dos lingüísticos e pedagógicos – envolvidos na aprendizagem da leitura e escrita, sobretudo após a publicação do livro *Testes ABC para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita* (1934), de Lourenço Filho. E, embora permaneça a estreita relação entre alfabetização e escola, nesse processo passam-se a se incluir sistematicamente os problemas referentes à alfabetização de adultos, abrangida pela educação popular.

O termo “alfabetização” passa, portanto, a designar um processo de caráter funcional e instrumental, relacionado com o escolanovismo e com o ideário político liberal de democratização da cultura e da participação social. Os novos fins da educação passam a demandar soluções voltadas para a função socializadora e adaptadora da alfabetização, no âmbito da educação popular, a ser realizada de maneira rápida, econômica e eficiente¹⁷, a fim de integrar o elemento estrangeiro, fixar o homem no campo e organizar a educação nacional, ou seja, visando a uma educação renovada, centrada na psicologia aplicada à organização da escola e do ensino e adequada ao projeto político de planificação e racionalização em todos os setores da sociedade brasileira.

¹⁷ Essa posição é defendida por M. B. Lourenço Filho, de modo sistemático e científico, e também por outros professores, que, sobretudo após a década de 1930, passam a defender métodos sintéticos ou mistos de alfabetização, a fim de obter resultados melhores do que aqueles propiciados pela “morosidade” do método analítico.

Em síntese, a partir desse momento, o termo “alfabetização” passa a designar um processo escolarizado entendido como meio e instrumento de aquisição individual de cultura e envolvendo, do ponto de vista funcional, ensino e aprendizagem escolares e simultâneos da leitura e da escrita¹⁸, as quais são entendidas como habilidades específicas que integram o conjunto de técnicas de adaptação do indivíduo às necessidades regionais e sociais.

Esse sentido do termo “alfabetização” vai sendo disseminado nos discursos oficiais ou não¹⁹, culminando com o predomínio, a partir dos anos de 1970, da perspectiva tecnicista em discursos oficiais e práticas relativas à alfabetização, relacionadamente a uma perspectiva comportamentalista (em termos de aprendizagem) e comunicacional (em termos lingüísticos).

Tais discursos e práticas, é importante realçar, convivem, sobretudo nos anos de 1960, com um significativo conjunto de iniciativas de caráter político e social, encetadas por educadores comprometidos com a educação popular e a alfabetização de adultos, como exemplifica significativamente a atuação do educador Paulo Freire. Do ponto de vista proposto por esse educador, os sentidos dos termos “alfabetização”, “alfabetizado”, “analfabetismo”, “analfabeto” se alargam, passando a abranger questões relativas não apenas à aquisição do código escrito em situação escolar, mas também à “leitura do mundo” e, em decorrência, a uma participação mais consciente de cada cidadão na transformação da realidade política, social e cultural brasileira.

**“ALFABETIZAÇÃO”, “ALFABETIZADO”, “ANALFABETISMO”, “ANALFABETO”,
“LETRAMENTO”**

A partir dos anos de 1980, coincidindo com transformações políticas, sociais e culturais decorrentes do processo de “abertura política” que, em nosso país, seguiu-se à ditadura militar iniciada em 1964, também os problemas da alfabetização relacionados (ainda que não exclusivamente) com a educação formal passam a ser compreendidos a partir da constatação de outros fenômenos envolvidos.

A mais representativa e retumbante proposta de mudança nessa compreensão encontra-se nos resultados das pesquisas de Emilia Ferreiro e colaboradores, divulgados no Brasil, de maneira sistemática,

¹⁸ É importante destacar que, ao lado do termo “alfabetização”, tem-se registro da utilização, ainda que episódica, dos termos “analfabetismo” e “iletrado”, este utilizado com referência tanto à condição de quem não ingressou na escola quanto ao insucesso na aprendizagem inicial da leitura e escrita (MEIRELES, Cecília. 1941. In: *Educação em Revista*, 1990, p.54-55)

¹⁹ Como exemplo, pode-se citar o caso das cartilhas de alfabetização, que concorreram decisivamente para a disseminação de termo.

a partir de meados dos anos de 1980. Com base na psicologia genética de Jean Piaget e na psicolingüística de Noam Chomsky, especialmente, essa pesquisadora argentina propõe uma “revolução conceitual” em alfabetização, a fim de se alcançarem “[...] os objetivos educativos colocados para o final do século XX.”²⁰

Do que foi dito fica claro, do nosso ponto de vista, que as mudanças necessárias para enfrentar sobre novas bases a alfabetização inicial **não** se resolvem com um novo método de ensino, **nem** com novos testes de prontidão **nem** com novos materiais didáticos (particularmente novos livros de leitura).

É preciso mudar os pontos por onde nós fazemos passar o eixo central das nossas discussões.

[...]

Em alguns momentos da história faz falta uma revolução conceitual. Acreditamos ter chegado o momento de fazê-la a respeito da alfabetização.²¹

Desse ponto de vista, o termo “alfabetização” passa a designar a aquisição da *lecto-escritura*, por parte de crianças, entendida como um processo predominantemente individual, resultante da interação do sujeito cognoscente com o objeto de conhecimento (a língua escrita) e, no limite, independente do ensino e da situação escolar, uma vez que se trata de pensar como a criança aprende a ler e a escrever, ou seja, como a criança *se* alfabetiza.

Por essa época, também os estudos lingüísticos e psicolingüísticos sobre alfabetização começam a se expandir, propiciando outros novos modos de compreender e de praticar tanto o que até então se conhecia como “alfabetização” quanto a necessidade de “revolução conceitual” proposta por Ferreiro.

Dentre esses estudos, destacam-se os fundamentados no interacionismo lingüístico e na psicologia soviética²², de acordo com os quais “alfabetização” designa o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita entendidas como atividades lingüísticas, ou seja, quando se ensina e se aprende a ler e a escrever, já se estão lendo e produzindo textos escritos e essas atividades dependem diretamente das relações

²⁰ FERREIRO, Emilia (Org.) *Os filhos do analfabetismo: propostas para a alfabetização escolar na América Latina*. Tradução. M. L. M. Abaurre. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 60.

²¹ FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Tradução. D. M. Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985, p.40-41 (grifos das autoras).

²² Como exemplos, destaco: SMOLKA, Ana L. B. *A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo*. Campinas: Ed. UNICAMP; São Paulo: Cortez, 1988; e GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula: leitura & produção*. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

de ensino que ocorrem na escola, especialmente entre professor e alunos. O termo “alfabetizado”, portanto, desse ponto de vista, designa o estado ou condição daquele indivíduo que sabe ler e produzir textos, com finalidades que extrapolam a situação escolar e remetem a algo próximo à leitura e escrita “do mundo”.

Nesse período que se estende até os dias atuais, o termo “analfabeto”, por sua vez, vem sendo predominantemente utilizado para designar o indivíduo que não sabe ler e escrever, porque não freqüentou escola; e o termo “analfabetismo”, para designar esse estado ou condição de analfabeto. No entanto, sobretudo quando se trata de especificar critérios de avaliação censitária, ambos os termos passam a ser adjetivados: “analfabetismo funcional” e “analfabeto funcional”, para designar, respectivamente, condição ou indivíduo com menos de quatro anos de escolaridade.

Dados os objetivos deste texto, não me estenderei nas considerações sobre esse passado recente e ainda presente. Mas gostaria de ressaltar que é justamente no final do século XX, especialmente no final dos anos de 1980, que ambas as pesquisadoras situam a formulação e proposição do termo “letramento” – inicialmente restrito às pesquisas acadêmicas e hoje já relativamente “popularizado” entre alfabetizadores²³ – para designar algo mais do que se até então se podia designar com o termo “alfabetização”, cujo alcance parece ter-se esgotado, a despeito de todos os esforços de se buscar compreender explicar, de outros pontos de vista, o problema do ensino-aprendizagem da leitura e da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos breves apontamentos aqui apresentados, resultantes de pesquisas e reflexões que tenho realizado sobre alfabetização²⁴, podem-se formular algumas considerações à guisa de respostas às questões que formulei inicialmente e que penso serem úteis, no sentido de contribuir para a discussão proposta nesta mesa redonda.

Na longa duração histórica aqui abordada, podem-se constatar relações de semelhanças e diferenças entre os sentidos atribuídos (e operantes) à expressão “ensino da leitura e escrita” e aos termos “alfabetização”, “alfabetizado”, “analfabetismo”, “analfabeto”. Tais sentidos resultaram de e determinaram diferentes usos e finalidades (das antigas às modernas e contemporâneas) da leitura e da escrita, em

²³ Exemplo dessa relativa “popularização” do termo “letramento” pode ser observado em títulos de cartilhas publicadas recentemente.

²⁴ A esse respeito, ver, especialmente: MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília/DF: MEC/INEP/COMPED, 2000.

estreita relação com as mudanças ocorridas nos processos de escolarização, nas relações entre cultura oral e cultura escrita e no contexto político e social do país.

Pode-se verificar, ainda, que se passou tempo entre os momentos em que não saber ler (e escrever) pudesse ser sentido como uma ignorância particular, em que essa ignorância pudesse ser percebida como uma falta e em que essa falta pudesse ser reconhecida como uma necessidade social e política prioritária. Assim também, passou-se tempo entre o momento em que essa necessidade social e política prioritária foi reconhecida como tal por educadores, administradores, intelectuais, o momento em que pudessem começar a satisfazer tal necessidade e decorrentes demandas com um projeto de ensino-aprendizagem da leitura e escrita e aquele no qual professores comesçassem a dominar e aplicar em grande escala as rotinas que permitiram a difusão desse ensino, visando a garantir o direito de todos à alfabetização.²⁵

E, finalmente, passou-se tempo entre esses momentos e aquele em que tanto se fez sentir a mencionada “lacuna lingüístico-discursiva” quanto se pôde deslocar o eixo das reflexões teóricas sobre os problemas envolvidos no ensino da leitura e escrita, a partir de nova possibilidade de ver, de conhecer e de explicar essa “[...] nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente.”²⁶

Em outras palavras, em nosso país, passou-se tempo entre o longo processo histórico de constituição do termo “alfabetização” (e seus correlatos) e aquele em que, embora esse termo não tenha sido abandonado²⁷, pôde-se constatar certo esgotamento de suas possibilidades explicativas, propiciando a constituição do termo “letramento”, no sentido que lhe atribuem Magda Soares e Leda Tfouni.

²⁵ Essas considerações baseiam-se em: HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 33-78.

²⁶ SOARES, Magda. Obra citada. p. 20.

²⁷ A respeito do não-abandono do termo “alfabetização”, registro dois exemplos significativos de posições distintas: Magda Soares defende que “[...] o ideal seria *alfabetizar, letrando*, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, *alfabetizado e letrado*.” (SOARES, Magda. Obra citada, p. 47); Emília Ferreiro, por sua vez, defende a seguinte posição: “Eu não uso a palavra *letramento*. Se houvesse uma votação e ficasse decidido que preferimos usar *letramento* em vez de *alfabetização*, tudo bem. A coexistência dos termos é que não dá.” (FERREIRO, Emília. *Fala, mestre!* [Emília Ferreiro]. *Alfabetização e cultura escrita. Nova escola*, São Paulo, ano XVII, n. 162, p. 27-30, maio 2003. (Entrevista)

